

## **GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL: uma breve reflexão sobre a retirada dessas expressões do plano nacional de educação**

Eleordano Bruno de Medeiros Soares<sup>1</sup>; Sheylla de Kassia Silva Galvão.

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG – CDSA)<sup>1</sup>  
eleordano@gmail.com, skgalvao@gmail.com

**Resumo:** Neste artigo apresentam-se reflexões a respeito da retirada dos termos gênero, orientação sexual e educação sexual do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pelo Ministério da Educação (MEC) que altera a base nacional curricular. Consideram-se aqui recortes específicos da História do Brasil enquanto colônia, bem como os reflexos de aspectos que influenciaram o processo de construção da sociedade brasileira, como uma sociedade marcada pelo patriarcalismo e preconceito ofensivo arraigado por gerações. Esses aspectos refletiram em diversas dimensões sociais, inclusive, no ponto ao qual o artigo pretende-se aprofundar: a educação. Destacou-se a trajetória do assunto discutido oficialmente desde anos 70 no Ministério da Educação, ressaltando a importância da educação sexual para crianças e adolescentes nas escolas. Demonstra-se ainda a própria Constituição Brasileira de 1988, na qual discute-se a promoção do bem de todos sem discriminação de sexo, etnia ou qualquer natureza, afastando assim toda forma de desigualdade. Portanto, o artigo pretende demonstrar argumentos específicos e também estatísticas alarmantes aos quais devem ser levados em consideração na discussão sobre a base curricular, especialmente, ao tratar com a identidade de gênero, orientação sexual e a reflexão sobre discriminação de qualquer espécie, presentes na sociedade e no ambiente escolar. Manifestando razões que justificam a presença dos termos gênero, orientação sexual e educação sexual como assunto a ser tratado em sala de aula, visto que, a escola como espaço de inserção ao convívio social e perpetuação da cultura, não poderá abster-se das discussões que proporcione a erradicação de toda e qualquer forma de violência.

**Palavras-chave:** Educação, Gênero, Orientação sexual, Patriarcalismo.

### INTRODUÇÃO

A elaboração do artigo foi proposta a partir de discussões levantadas na disciplina Gênero e Sexualidade do curso de Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, campus da Universidade Federal de Campina Grande. A motivação do estudo pelo termo aqui abordado partiu da preocupação com a atual situação do rumo que as políticas educacionais que dizem respeito não somente a base nacional ou meros conteúdos a serem dispostos no ensino básico, mas também, de toda uma dimensão social que merece atenção de uma importante instituição perpetuadora e transformadora da cultura.

A reflexão utiliza-se de fontes diversificadas que tratam o assunto desde as dimensões históricas e a internalização de aspectos fundantes da cultura brasileira até a dimensão educacional apoiada em documentos oficiais como Constituição

Brasileira de 1988, Plano Nacional de Educação (PNE), Ministério da Educação (MEC) e ainda grupos específicos ligados à causa, tais como Grupo Gay da Bahia (GGB) e a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT).

O objetivo do artigo é demonstrar a importância e as razões para uma abordagem de gênero e sexualidade na educação, visto que, envolvem inquietações que afetam algumas das crianças e adolescentes a respeito de suas próprias identidades de gênero, influenciando em questões como a evasão ou piora do desempenho escolar, bem como a questão da violência sofrida dentro e fora das instituições de ensino. Portanto, evidenciou-se o papel fundamental da escola ao transmitir o assunto, reconhecer e acolher a diversidade em todos os sentidos.

## METODOLOGIA

Abordou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, utilizando como técnica de coleta de dados o estudo de fontes secundárias. Elegeu-se a pesquisa bibliográfica enquanto instrumento de coleta de dados, por compreender que o referido diz respeito a utilização de documentos como base de conhecimento, empregados para consulta, estudo ou prova. Gil (2007, p. 44), explica que investigações e análises das diferentes disposições acerca de um problema correspondem aos exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa.

Assim, pode-se confirmar a capacidade da pesquisa bibliográfica como técnica de pesquisa no caso deste trabalho, pois:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto (FONSECA, 2002, p. 32).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao longo de sua história, a sociedade brasileira formou-se a partir de uma forte influência portuguesa ocasionada por sua colonização traumática, incorporando pressupostos de um conjunto de valores, normas e crenças que por muito tempo discriminou o “diferente” inferiorizando-o como doentio ou transgressor, quando fugiam do padrão de cor branca da pele, gênero masculino e da elite, e orientação heterossexual. Refletindo inclusive na ideia

que perdurou por um longo período em relação aos conteúdos a serem considerados ideais no ensino da educação brasileira.

A partir disto, é necessário se pensar nas bases patriarcalistas da construção do Brasil, que reflete plenamente no desenvolvimento da educação e dos processos de aprendizagem. Esses processos fazem parte da cultura brasileira, e logo agem como reprodutores do machismo. Dessa forma, tal cultura vai sendo transmitida entre homens e mulheres, sendo determinadas coisas percebidas e refletidas e outras, não. A professora Neuma Aguiar, resume muito bem essa questão:

"Um dos autores que mais se detém na análise do patriarcado é Gilberto Freyre. Independentemente das relações entre a organização do grupo doméstico e a forma de dominação estatal, o autor mostra que o patriarcalismo se estabeleceu no Brasil como uma estratégia da colonização portuguesa. As bases institucionais dessa dominação são o grupo doméstico rural e o regime da escravidão. A estratégia patriarcal consiste em uma política de população de um espaço territorial de grandes dimensões, com carência de povoadores e de mão-de-obra para gerar riquezas. A dominação se exerce com homens utilizando sua sexualidade como recurso para aumentar a população escrava. A relação entre homens e mulheres ocorre pelo arbítrio masculino no uso do sexo. Apesar do emprego que Gilberto Freyre faz da religião em sua análise da ordem na casa-grande e nos sobrados, o patriarcado não se efetua pela dominação religiosa, a não ser pela influência que esta exerce nas relações familiares dentro do grupo doméstico. O poder da religiosidade aparece limitado para conter a liberdade sexual masculina e o abuso sexual da mão-de-obra escrava. Para Freyre, portanto, esse abuso consiste na própria essência do patriarcado. Padres portugueses por vezes abandonam o ascetismo religioso e aderem ao patriarcado, observa Freyre (1973, p. 447), que deixa de ser, assim, em contraste com a perspectiva weberiana, uma forma de racionalidade instituída pelo sistema religioso, para ser uma forma de racionalidade econômica e demográfica, estratégia de povoamento e aliciamento de mão-de-obra, estabelecida no processo de colonização portuguesa." (2000, p. 308).

Levando em conta que a educação, por intermédio da escola, deverá ser compreendida como fator essencial para garantia da inclusão, promover igualdade de oportunidades e enfrentando todo e qualquer tipo de preconceito, discriminação e violência. Essas questões envolvem preconceitos intrínsecos na temática de gênero, identidade de gênero, sexualidade e orientação sexual, demandando uma adoção de políticas públicas educacionais sem negligenciar suas especificidades (BRASIL, 2007).

A escola deverá ser entendida como um espaço que proporcione e vise o reconhecimento da pluralidade de identidades, os comportamentos relativamente “diferenciados” e promovendo, principalmente, culturas fundantes

da cultura brasileira. Portanto, torna-se substancial discutir a respeito da educação escolar partindo de uma interpretação reflexiva e problematizadora, questionando as relações de poder, a influência patriarcalista e machista ofensiva, as heranças sociais opressoras e os processos de exclusão que antes eram perpetuados no ensino escolar e no convívio social. Eis aqui, a grande questão que queremos discutir. Ao tratar da educação atual, é de suma importância pensar sobre os impactos causados pela herança patriarcal na construção desta. E é a partir dessa problemática que se abordou a exclusão de conteúdos de gênero do Plano Nacional de Educação.

Essa discussão de gênero recebeu grande repercussão ultimamente, vindo principalmente desde 2014, quando a reforma do Plano Nacional de Educação (PNE) tramitava no congresso e estabelecia diretrizes e metas para educação nos próximos 10 anos. Nesse contexto, as bancadas políticas religiosas alegavam que, ao introduzir a chamada “ideologia de gênero” nos estudos, os conceitos de homem, mulher e da família tradicional brasileira estariam ameaçados. Esse conflito que teve como consequência a retirada do termo “gênero” do PNE, transformou esse assunto dentro do contexto escolar em um objetivo não específico, encaixando-o de forma comum em todas as formas de discriminação, dando aos Estados e municípios a liberdade de inserir ou não em suas metas. Assim, diversas câmaras municipais e assembleias legislativas recentemente acabaram cedendo à pressão de diversos setores conservadores, e vetaram a inclusão do tema nos planos regionais.

Nessa totalidade, essas foram algumas das estratégias do PME que foram alteradas ou banidas:

- 3.17 – Instaurar para as instituições escolares protocolo para registro e encaminhamento de denúncias de violências e discriminações de gênero e identidade de gênero, raça/etnia, origem regional ou nacional, orientação sexual, deficiências, intolerância religiosa, entre outras, visando a fortalecer as redes de proteção de direitos previstos na legislação.

- 3.18 – Promover ações contínuas de formação da comunidade escolar sobre sexualidade, diversidade, relações de gênero e Lei Maria da Penha nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, através da Secretaria Municipal de Educação e em parceria com Instituições de Ensino Superior e Universidades, preferencialmente públicas, e desenvolver, garantir e ampliar a oferta de programas de formação inicial e continuada de profissionais da educação, além de cursos de extensão, especialização, mestrado e doutorado, visando a superar

preconceitos, discriminação, violência sexista, homofóbica e transfóbica no ambiente escolar.

- 3.19. Difundir propostas pedagógicas que incorporem conteúdos sobre sexualidade, diversidade quanto à orientação sexual, relações de gênero e identidade de gênero, por meio de ações colaborativas da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, dos Conselhos Escolares, equipes pedagógicas e sociedade civil. (Artigo excluído em sua totalidade)

- 6.5 – Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação à orientação sexual ou à identidade de gênero e étnico-racial, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.

Este tema tem sofrido resistências de setores conservadores, pois contribui com o combate à exclusão escolar e com a garantia do direito à educação para toda a população, bem como a ideia retrógrada preconceituosa. É necessário que no âmbito escolar, sejam pensadas uma série de estratégias para que a diversidade de gênero possa estar presente no currículo e no planejamento pedagógico das unidades educacionais.

Como garantia do que está determinado nas leis nacionais e internacionais, a igualdade de gênero na educação deve possibilitar que a escola dialogue e trabalhe com temas e conflitos presentes no dia a dia das salas de aula. Portanto, a diversidade de gênero deve ser discutida no âmbito dos direitos humanos, abordando o respeito entre as pessoas e garantindo o direito à liberdade e a sua identidade de gênero. Segundo a UNESCO, aprofundar o debate sobre sexualidade e gênero na sala de aula contribui para uma educação mais inclusiva, equitativa e de qualidade. Em comunicado, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura dizem que:

“Diante de recentes fatos ocorridos no país, no que se refere à violência sexual, a Unesco no Brasil reafirma seu compromisso com a garantia dos direitos das mulheres e da população LGBT [Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros], sendo contrária a toda forma de discriminação e violação dos direitos humanos em qualquer circunstância e, em especial, em espaços educativos.” (UNESCO, 2015).

De acordo com estudo elaborado pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), cerca de 60% dos jovens homossexuais sentem-se inseguros no ambiente escolar. A pesquisa foi respondida por jovens entre 13 e 21 anos que cursaram o ensino básico em 2015 e se identificam como gays, lésbicas ou outra orientação não heterossexual. Dentre os entrevistados 73% afirmaram já terem sido agredidos verbalmente na escola, e 36% foram agredidos fisicamente. Em

entrevista cedida, o representante da ABGLT, Toni Reis afirma que:

“Isso mostra que há preconceito nas escolas, discriminação, bullying, violência, insegurança, evasão escolar. E há a questão dos profissionais de educação, que infelizmente não são formados em direitos humanos em relação a diversidades, inclusive orientação sexual e identidade de gênero.”  
(2016)

Atualmente, é muito comum ver a desqualificações do assunto. Primeiramente porque o debate sobre gênero nas políticas educacionais parte do errôneo pressuposto de que gênero, sexualidade e identidade de gênero são “invenções ideológicas”. Além disso, a discussão de gênero traria questões a respeito da violência contra a mulher na sociedade e também na escola. Segundo pesquisas, em 2014, o Brasil recebeu 52.957 denúncias de violência contra a mulher. Outro dado alarmante é que na última década, cerca de 44 mil mulheres foram assassinadas no país. Além da violência contra a mulher, o mesmo ocorre na violência contra homossexuais, lésbicas e transexuais, onde segundo relatório 2013-2014 do Grupo Gay da Bahia (GGB), aponta que um gay é morto a cada 28 horas no país. A escola, caracterizada como um espaço onde a sociabilidade se forma e pode ser transformada não poderá abster-se do debate, visto que assim estará a contribuir com a violência e com a evasão escolar.

Esses atos violentos, são resultado da externalização de um preconceito já existente. Casos desses preconceitos, também podem ser observados entre os próprios profissionais que formam o campo educacional. Em uma pesquisa realizada em âmbito nacional pela Agência Brasil e disponibilizada no Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, foi comprovado que 38% dos alunos, docentes e funcionários demonstram uma forte discriminação por gênero. Além disso, 99,3% admitiram ter algum tipo de preconceito. O estudo foi feito em escolas públicas de todo o Brasil, e baseado em entrevistas com mais de 18,5 mil alunos, pais e mães, diretores, professores e funcionários, revelou que 99,3% dessas pessoas demonstram algum tipo de preconceito étnico-racial, socioeconômico, com relação a portadores de necessidades especiais, gênero, geração, orientação sexual ou territorial.

Mais uma vez, é necessário reafirmar que a violência (física, psicológica e sexual) contra as mulheres e contra a população LGBT como consequência do sistema de patriarcado, que engloba o machismo, homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia. Entendendo que essas são reflexos de uma sociedade corrompida por ideologias conservadoras e reacionárias, legitimadas por um pensamento religioso fundamentalista, que desrespeitam mulheres e LGBTs. É evidente que atualmente as mulheres tem acesso a

escola e trabalho, porém, essa nem sempre foi a realidade. Essa é uma aquisição recente no Brasil, como reflexo da luta do movimento de mulheres por seus direitos. Contudo, apesar de ter acesso a estes direitos, elas continuam sofrendo os mais diversos tipos de discriminação, como por exemplo, o não reconhecimento e a desvalorização do seu trabalho, ganhando salários inferiores ao dos homens, mesmo ocupando os mesmos cargos.

Entre a população LGBT, a falta de acesso à escola e o forçamento da saída desta é um ponto preocupante, pois, além de sofrerem com a discriminação e a violência nas ruas e muitas vezes no próprio meio familiar, muitos são alvo de violência dentro das escolas. A UNESCO disponibiliza a cartilha Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas, para que isso seja melhor compreendido. Além disso, a situação piora para as crianças e jovens transexuais. Onde, nos espaços de sociabilidade como a escola, são privados de direitos básicos como, usar seu nome social e acessar o banheiro.

Outro debate tão importante quanto a discriminação de gênero na escola, é a importância da educação sexual para crianças e adolescentes nas escolas. Do ponto de vista da formação social, ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se analisar a sexualidade como algo essencial para a vida, que tende a se expressar desde cedo no ser humano. Englobando o papel social que o homem e a mulher têm, um a respeito do outro. Não se abstendo da diversidade de gênero, e das diversas formas de discriminação e estereótipos atribuídos que são vivenciados. Assim como os impactos causados pelo avanço da AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis, da gravidez indesejada na adolescência, entre outros. Estes que compreendem problemas atuais e preocupantes.

Dados retirados do Portal do MEC, informam que a discussão sobre a inclusão da temática da sexualidade no currículo das escolas de primeiro e segundo graus tem se intensificado a partir da década de 70, sendo energizada a partir dos anos 80 devido à preocupação dos educadores com o grande crescimento da gravidez indesejada entre as adolescentes e com o risco da contaminação pelo HIV entre os jovens. Inicialmente, acreditava-se que as famílias ofereciam certa oposição para abordar essas questões no âmbito escolar, mas hoje em dia é de conhecimento que os pais muitas vezes reivindicam a orientação sexual nas escolas, pois reconhecem não só a sua importância para crianças e jovens, como também a dificuldade de falar abertamente sobre esse assunto em casa. Obviamente existem exceções, e em alguns casos a própria família, vinda de uma base tradicionalista e patriarcalista, evita que esse tipo de assunto seja tratado no próprio meio

familiar e ainda impõe obstáculos para que esse conteúdo não seja repassado pela Escola.

Tendo em vista que as manifestações de sexualidade afloram em todas as faixas etárias. Ignorar esses estímulos é o retorno habitualmente dado pelas famílias e pelos profissionais da escola. Deve-se levar em conta que a conduta dos pais entre si, na relação com os filhos, nos cuidados recomendados, nas expressões, gestos e proibições que estabelecem são carregados de determinados valores associados à sexualidade que a criança apreende no decorrer de seu desenvolvimento. O fato de a família ter valores conservadores, declarar alguma crença religiosa ou a forma como a faz determina em grande parte a educação das crianças. Pode-se assegurar que é no ambiente doméstico, que a criança recebe com maior intensidade essas noções, sofrendo também influências de muitas outras fontes, como livros, escola, amigos, e principalmente, a mídia. Essas fontes atuam de maneira decisiva, e servirão como base para a construção da sua sexualidade.

A escola, acaba muitas vezes intervindo nessas questões. Isso acontece no espaço da sala de aula (quando proíbe ou permite certas manifestações e não outras) ou quando opta por informar os pais sobre algumas manifestações de seu filho. A escola é um ambiente de disseminação de valores, e muitas atentam para a precisão de trabalhar com esses conteúdos, mesmo que formalmente, incluindo Aparelho Reprodutivo no currículo de Ciências Naturais. Discutindo acerca da reprodução humana, com informações ou noções relativas à anatomia e fisiologia do corpo humano. Porém, esse tipo de abordagem normalmente não envolve as necessidades informacionais e curiosidades das crianças e jovens, pois enfocam apenas o ponto de vista biológico e não incluem as dimensões sociais, afetivas e culturais inerentes a cada indivíduo.

Portanto, para a Escola ter uma maior ligação com as experiências dos alunos, deve ampliar o prazer destes pelo conhecimento. Despontando para as novas gerações a necessidade e a importância da educação para uma sexualidade ligada à vida, à saúde, ao prazer e ao bem-estar. Deste modo, a Orientação Sexual dentro da escola liga-se diretamente com a promoção da saúde das crianças e dos adolescentes. Possibilitando também a realização de ações preventivas às doenças sexualmente transmissíveis, como a AIDS, de forma mais eficiente.

Logo, é papel da escola informar e discutir os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade, procurando, mesmo que não totalmente, um distanciamento pessoal por parte dos professores para explorar essa problemática, buscando sempre complementar a capacidade informacional que a criança já possui

e, principalmente, criar a possibilidade da formação de uma opinião diferenciada a respeito do que lhe está sendo apresentado. De tal modo, que a escola, ao trazer informações cientificamente atualizadas e explicitar a diversidade de valores associados à sexualidade e as condutas sexuais existentes na sociedade, permite ao aluno desenvolver atitudes coerentes com os valores que ele mesmo selecionou como seus.

Em seus discursos os professores transmitem valores com relação à sexualidade, e isso acontece diariamente em seus trabalhos, respondendo ou não às questões mais simples trazidas pelos alunos. Questões teóricas, leituras e discussões sobre as temáticas específicas de sexualidade e sua diversidade devem ser abordados. Transformando a sala de aula em um espaço de reflexão sobre valores e preconceitos dos alunos e próprios educadores envolvidos no trabalho de Orientação Sexual. Para cumprir essa função educativa, a escola depende também da aplicação de políticas educacionais e de um currículo amplo e diversificado.

É importante lembrar que a discussão decorre desde o início de 2014, apresentado como Plano Nacional de Educação na Câmara, representada pelos “pastores-deputados” Marco Feliciano (PSC-SP), Marcos Rogério (PDT-RO) e Pastor Eurico (PSB-PE), aceitando retirar inclusive a diretriz que propõe a superação das desigualdades, “com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”. Componentes parlamentares entendiam a discussão na sala de aula como um incentivo à homossexualidade, enquanto a oposição defendia por levar a uma reflexão do combate ao preconceito. Em entrevista cedida na época, o deputado Angelo Vinhoni (PT-PR), relator do PNE esclarece:

“Nós reproduzimos aquilo que está na Constituição Brasileira, mas com uma linguagem mais recente. O constituinte de 1988 não abordava o tema da identidade sexual como ela é abordada hoje. A Constituição diz que deve-se promover o bem de todos sem discriminação de sexo, de raça, de nenhuma natureza. E a educação brasileira tem de atacar, de forma sistêmica, toda desigualdade.”

Vale salientar que na Constituição de 1988 art.19 inc.1 estabelece-se um Estado laico ficando vedado aos Municípios, Distrito Federal, aos Estados e à União que estabeleçam “cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou suas representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público”. Portanto, seguindo essa laicização, o Estado como representante do povo, não deveria sofrer pressão de bancadas religiosas, pois vai contra as prerrogativas da carta magna. Além disso, é necessário registrar que os Parâmetros Curriculares Nacionais, elaborados e editados pelo MEC em

1997, já previam os assim chamados temas transversais ou temas da vida cidadã, dentre os quais constavam Pluralidade Cultural e Orientação Sexual.

O trabalho de Orientação Sexual também contribui para a prevenção de problemas graves, como o abuso sexual e a gravidez indesejada. Com relação à gravidez indesejada, o debate sobre a contracepção, o conhecimento sobre os métodos anticoncepcionais, sua disponibilidade e a reflexão sobre a própria sexualidade ampliam a percepção sobre os cuidados necessários quando se quer evitá-la. Para a prevenção do abuso sexual com crianças e jovens, trata-se de favorecer a apropriação do corpo, promovendo a consciência de que seu corpo lhes pertence e só deve ser tocado por outro com seu consentimento ou por razões de saúde e higiene. Isso contribui para o fortalecimento da autoestima, com a consequente inibição do submetimento ao outro. (PCN)

Fica claro aqui, que a remoção das expressões de orientação sexual e gênero do Plano Nacional de Educação e posteriormente de alguns Planos Estaduais e Municipais representa um total retrocesso em relação à abordagem do assunto.

## CONCLUSÕES

A omissão do Estado acerca desses temas, pode vir a firmar no grupo escolar uma série de processos de exclusão sofridos por qualquer indivíduo que expressar sua orientação sexual e identidade gênero, não reconhecidas pelas políticas educacionais.

Observa-se que, a escola deve ser um lugar importante na formação de cidadãos. Onde toda a comunidade escolar deve ser encorajada a assumir uma responsabilidade no combate a todas as formas de preconceitos e discriminação que permeiam o espaço social. Nesse contexto, as políticas educacionais devem ser pensadas e construídas pensando na valorização da diversidade e no combate a todas as formas de preconceitos e discriminação. Ao final, avaliou-se que o ocultamento destes temas, continuam a dar combustível para que indivíduos sejam desrespeitados, sofram agressões físicas, sejam assassinados e excluídos da escola.

Conclui-se, que a escola deve ser um espaço de formação de cidadania e de respeito aos direitos humanos. Consolidada e garantida legitimamente pelas políticas educacionais, e que promova a valorização da diversidade humana, assim como o combate a qualquer forma de preconceito e discriminação que permeiam o espaço escolar. Por fim, o Plano de Educação deve se constituir como um eficaz instrumento na superação das desigualdades, orientando o

planejamento de médio e longo prazo, a avaliação e o controle social de políticas educacionais.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. Soc. estado. vol.15 no.2 Brasília. 2000.

BRASIL. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: \_\_\_\_\_. Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas, Rogério Diniz Junqueira (Org.). Brasília: MEC, p. 13-52, 2009.

BRASIL. SECAD CADERNOS. Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC). Brasília, 2007.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

JARDIM, Dulcilene Pereira. BRÊTAS, José Roberto da Silva. Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira – SP. Rev. bras. enferm. vol.59 no.2 Brasília Mar./Apr. 2006

Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Projetos Educacionais Especiais. Diretrizes para uma política Educacional em Sexualidade. Série Educação Preventiva Integral. Brasília (DF): Ministério da Educação e Desporto; 1994.

UNESCO. O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam. São Paulo: Moderna, 2004.

<http://portal.metodista.br/unesco/jbcc/noticias-jbcc/questao-de-genero-no-plano-nacional-de-educacao-e-debatida-em-seminario-interdisciplinar> - Acesso em 20 de abril de 2017.

<http://educacaointegral.org.br/reportagens/termos-generos-educacao-sexual-sao-excluidos-pme-de-sao-paulo/> - Acesso em 20 de abril de 2017.

<http://www.ebc.com.br/educacao/2015/07/entenda-por-que-e-importante-discutir-igualdade-de-genero-nas-escolas> - Acesso em 20 de abril de 2017.

[http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO\\_EV060\\_MD1\\_SA9\\_ID171\\_13102016122840.pdf](http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV060_MD1_SA9_ID171_13102016122840.pdf) - Acesso em 20 de abril de 2017.

<http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2015-12-26/exclusao-de-genero-do-plano-nacional-de-educacao-e-retrocesso-diz-educador.html> - Acesso em 20 de abril de 2017.

<http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/genero-e-o-maior-motivo-de-discriminacao-nas-escolas-brasileiras/> - Acesso em 20 de abril de 2017.

<http://catolicas.org.br/novidades/notas/genero-nas-escolas/> - Acesso em 20 de abril de 2017.

[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150318\\_educacao\\_sexual\\_mdb](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150318_educacao_sexual_mdb) - Acesso em 21 de abril de 2017.

<http://educador.brasilecola.uol.com.br/orientacao-escolar/educacao-sexual-na-escola.htm> - Acesso em 21 de abril de 2017.

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf> - Acesso em 21 de abril de 2017.

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71672006000200007](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672006000200007) - Acesso em 21 de abril de 2017.

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922000000200006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922000000200006) - Acesso em 22 de abril de 2017.

<http://www.sul21.com.br/jornal/lobby-conservador-retira-igualdade-racial-e-de-genero-do-plano-nacional-de-educacao/> - Acesso em 22 de abril de 2017.

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf> - Acesso em 22 de abril de 2017.